



ARQUIVO E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO

Giovana Emos
Universidade Estadual de Goiás
giovanaemos@outlook.com

RESUMO

Na problemática da realização de uma história do tempo presente existe uma dialética, na correlação entre objetividade e subjetividade historiadora, que perpassa todas as fases da epistemologia da operação historiográfica. Com a emergência de novos objetos de análise são levantadas questões teóricas - acerca do tempo histórico, da narrativa histórica e da memória - que, tratadas na atualidade, culminam no debate sobre o ofício do historiador. Dentre tais objetos, o tema da construção de arquivos históricos aparece relacionado à produção do conhecimento histórico. A constituição de um arquivo é concebida como atividade social e politicamente orientada, que tem implicações sobre a narrativa e a escrita historiográfica, portanto, também tem um significado histórico a ser investigado. A memória arquivística é um tipo de memória embasada em registros guardados institucionalmente e que são as fontes de confecção do trabalho historiográfico: materiais a partir dos quais o historiador pode realizar sua pesquisa, definir temas e com os quais escreve o texto histórico. A memória arquivada é intrínseca na construção das principais categorias epistemológicas da ciência histórica: 1) arquivo/prova documental/testemunho; 2) explicação/compreensão; 3) representação escriturária do passado. O que, no aspecto prático, reforça as reflexões sobre fontes históricas, escrita/narrativa da história e memória. Esta comunicação propõe o estudo do caso da constituição do Arquivo Histórico Frei Simão Dorvi, da cidade de Goiás, como objeto de análise e como forma de a história se materializar. O objetivo é deslocar a atenção do produto final para as fases preparatórias que tornaram possível o processo de arquivamento, acumulação e de pesquisa. As reflexões acerca do arquivo ressaltam a fase documental da operação historiográfica e a problemática da memória arquivada, já que o momento do arquivo é o momento do ingresso na escrita historiográfica. O esforço deste estudo é legítimo com um exercício de análise/compreensão histórica.

PALAVRAS-CHAVE: Arquivo. Memória. História. Narrativa.

Este estudo deriva de um projeto de pesquisa que tematiza os arquivos históricos como constructos sócio-históricos.

Atualmente, nos campos da Teoria e da Filosofia da História, prolongam-se as meditações sobre o sentido cognoscível da História. Provenientes das considerações sobre os fundamentos da ciência da história e da consciência histórica humana (RUSEN, 2001). A questão da representação histórica do passado é um dos componentes principais das análises sobre as condições de possibilidade de existência do conhecimento histórico. É nesse estágio da produção historiadora que aparece a lacuna existente no problema referente a “tempo” e “narrativa”, ou seja, entre o campo da experiência temporal passada e a operação narrativa promovida pelo historiador no presente (RICOEUR, 1994). Melhor dizendo: a relação de contraposição entre a



ausência do passado e sua representação no presente. Tais discussões, muitas vezes, envolvem temas que, no aspecto prático, reforçam as reflexões sobre História, Narrativa da história e Memória.

Na problemática da realização de uma história do tempo presente existe uma dialética na correlação entre objetividade e subjetividade historiadora, que perpassa todas as fases da epistemologia da operação historiográfica. Nesse processo, a noção de prova documental, em história, se aproxima do critério de verificação/refutação do relato; o que implica o patamar de cientificidade atribuído à ciência histórica (RICOEUR, 2007; p. 352-354).

Com a emergência destas discussões teórico-metodológicas como centrais para a Historiografia, certas reflexões tomaram maiores proporções: sobre o *trabalho, ofício, metier* do historiador, metodologia de pesquisa histórica, fontes históricas, relato historiográfico. Enfim, conteúdos significativos para a garantia de continuidade de consistência da História científica.

Existe a idéia de que os pilares de sustentação que conformam a ciência da História são constructos intelectualistas reacionários à ausência de sentido da História para a existência humana diante da ausência dos objetos do passado e diante do futuro imaginário. Paralelamente a essa colocação - e a essa situação -, nas últimas décadas, alguns elementos estão sendo intensamente multiplicados e valorizados socialmente, na dimensão da materialidade histórica. São elementos representantes da possibilidade de atestar o pragmatismo histórico: Arquivos, Patrimônios materiais e imateriais, a Cultura material (objetos arqueológicos, ruínas), os *lugares* de memória, as práticas sociais (religiosas, festivas, comemorativas), as tradições (que são as representações presentes do passado), etc. São elementos materiais e simbólicos, muitas das vezes ativados para dinamizar a História, mas que diante das reflexões teórico/filosóficas podem ser considerados insólitos.

Dentre esses elementos, - concebidos como constructos sócio-históricos mobilizados pela crise paradigmática da razão e da consciência histórica e, também, difundidos na sociedade como “história materializada” -, a memória arquivada é imprescindível ao trabalho de pesquisa profissional e é intrínseca à problemática da escrita/narrativa da História.



Mediante esta constatação, a ênfase deste estudo é dirigida aos acervos documentais. Os locais de arquivamento são vistos como patrimônio capaz de embasar projetos de “recuperação” de memórias coletivas. Na proliferação de projetos ligados à memória, os arquivos, muitas vezes, assumem centralidade. Desempenham papel de atestação da “legitimidade” de uma determinada herança memorial e configuram um “legado” a ser gerido. Nos arquivos destacam-se a sua condição de “prova” (atributo central do discurso arquivístico) e, por conseguinte, de “fonte” (dimensão especialmente valorizada no campo da História).

O tema da construção de arquivos históricos também aparece relacionado à própria produção do conhecimento histórico. Porque aborda as dimensões material e discursiva dos acervos documentais: refletem narrativas tácitas, materialidades, temporalidades, trajetórias; o que significa que todo arquivo é produzido em um contexto; possui historicidade e integra, de forma especial, a área de produção do conhecimento histórico/científico. Problematizar os arquivos significa desvelar sobre a especificidade própria deste tipo de constructo sócio-histórico e a sua função dentro do sistema de redes de legitimação da História.

A constituição de um arquivo é concebida como atividade social e politicamente orientada, que tem implicações sobre a narrativa e a escrita historiográfica, portanto, também tem um significado histórico a ser investigado (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009). A postura atualmente difundida em relação ao arquivamento é a de deslocar a atenção do produto final para as fases preparatórias, que tornaram possível o processo de arquivamento, de acumulação e de pesquisa.

A relação clássica entre história, memória e arquivo ganha relevância no contexto dos debates recentes sobre as “disputas de memórias” e os usos políticos do passado. No contexto do final do século XX, os arquivos foram objetos de reivindicações coletivas com relação ao acesso a determinados conjuntos documentais considerados fundamentais ao embasamento de demandas de grupos sociais. O arquivo deve ser concebido como sendo ele próprio um acontecimento. É entendido como produto de investimentos sociais, o que implica pressupor processos sociais marcados por disputas em torno de direitos, entre os quais, os direitos à memória, à reparação e



ao espaço/território. Em um contexto de valorização de narrativas e de demandas memoriais, importa perguntar: que lugar os arquivos ocupam na sociedade e na produção da história?

A investigação de acervos documentais - os quais foram instaurados primordialmente como *lugares de memória*, ou seja, instrumentos materiais, simbólicos e funcionais vinculados ao fenômeno da memória apreendida pela história (NORA, 1993) - requer um exercício de análise/compreensão histórica.

Para a realização de tal investigação, propõem-se o estudo do caso do processo de construção - constituição, organização e consolidação - do Arquivo Histórico: Fundação Educacional da cidade de Goiás - Casa Frei Simão Dorvi. Faz-se mister uma análise que possibilite agregar à dimensão narrativa dos arquivos e que privilegie sua textualidade - suas dimensões prática e material.

Para a melhor compreensão do tratamento dispensado ao tema, é necessário incluir um breve histórico sobre o objeto de estudo.

A data de 1970 marca o início da formação do arquivo, que tem sua origem junto à criação da Fundação Educacional, na cidade de Goiás. Durante três décadas (1970, 1980 e 1990) o arquivo foi sendo constituído e organizado em termos de reunião de documentação, a qual foi deslocada de vários setores. Ocorria, então, a transferência dos materiais para os locais onde o arquivo funcionava. O acervo era cuidado, guardado e disponibilizado para pesquisas. No ano de 1998, o arquivo passou a ter sede própria e mais apropriada para seu funcionamento. A partir da década de 2000, o acervo foi ampliado, equipado, estruturado, mais freqüentado, e teve sua importância reconhecida no meio acadêmico e também no âmbito político/social. Sua dinâmica de desenvolvimento é ativa até a atualidade.

O Arquivo Histórico foi fundado pelo religioso italiano Frei Simão Dorvi. Giuseppe Dorvi nasceu em Vernasca em 1907 e, quando jovem, ingressou na ordem dominicana tornando-se cooperador religioso e recebendo o nome de Frei Simão Dorvi. Trabalhou no convento da ordem e na Basílica de Bolonha (Itália), onde zelou pela conservação e manutenção do grandioso e



histórico convento. Além disso, dedicou-se ao arquivo histórico conventual e estudou as obras de arte, de fundamental importância, que lá se encontravam.

Em 1936, desembarca no Brasil em missão, começando assim sua trajetória neste país. Primeiramente, foi para Santa Rita do Rio Pardo, em São Paulo. Em 1938, transferiu-se para Goiás, juntamente com outros religiosos missionários, ocupando-se da catequese. Após 1940, ao lado do Bispo Dom Cândido Penso, na cidade de Goiás, constrói a Escola e Orfanato São José. Também organiza o Hospital S. Pio X de Ceres; além de organizar o patrimônio de Carmo do Rio Verde, do Córrego do Ouro, de Santa Rosa de Roselândia, de Novo Brasil e de Rubiataba. Em 1958, na companhia de Dom Cândido Penso inaugura o “Museu da Cúria”, que funcionava aos fundos da Catedral de Santana e que, posteriormente, se transformou no Museu de Arte Sacra da Boa Morte, da cidade de Goiás.

Com a morte de Dom Penso, Frei Simão deixou as construções e empenhou-se inteiramente na organização do Arquivo diocesano, pesquisando os documentos de igrejas e paroquiais que remontam desde 1700. Procurou colecionar documentos e tudo o que se refere ao passado goiano; estudando, recuperando, encadernando e conservando-os. Seus contemporâneos contam que Frei Simão interessava-se muito pelo implemento do turismo em Goiás e se preocupava em incentivar e criar escolas. Nas últimas décadas de sua estadia, se esforçou para que a cidade dispusesse de faculdades (Curriculum vitae de Fr. Simão Dorvi, 17/06/1970 – Arquivo Frei Simão Dorvi).

Em meados da década de 1960, ele possuía uma biblioteca com mais de 2.500 volumes de documentos conservados. E, no ano de 1970, cria a Fundação Educacional da Cidade de Goiás – FECIGO- com a intenção de tornar a Cidade de Goiás uma cidade universitária. Em poucos anos de funcionamento da FECIGO, como presidente, consegue trazer para a cidade duas turmas do curso de Pedagogia e três de Letras. E em 1975, é criada pelo Estado de Goiás, a Faculdade de Filosofia da Cidade de Goiás. Concluindo, desta maneira, seus principais feitos durante a sua trajetória na cidade.



Em 1979, vai à Itália para participar do levantamento histórico da missão dominicana no Brasil. Por conta de contratempos, não pôde mais retornar. Os membros da Fundação recebiam correspondências do Frei, que ainda se preocupava com o andamento da mesma. Em 1996, em Bolonha, Itália, falece Frei Simão Dorvi. A partir desse acontecimento, o funcionamento do arquivo fica totalmente a cargo dos seus membros oficiais, em particular, do Presidente da Fundação. Em reconhecimento aos 41 anos de trabalhos dedicados às atividades em Goiás, a FECIGO (por ele criada) passa a chamar-se Fundação Educacional Frei Simão Dorvi.

O arquivo era como um anexo da Fundação, que inicialmente foi instalado no convento da Igreja do Rosário, passou por vários locais como o Palácio Conde dos Arcos, o orfanato Lar São José e a Faculdade de Direito. A mudança para a sede atual, na Rua da Abadia na cidade de Goiás, aconteceu no final da década de 1990. A casa foi comprada com recursos do próprio Frei Simão Dorvi, provenientes da sua pensão. Passou por reformas, as quais condicionaram a melhor instalação do arquivo. Neste período, a Fundação foi equipada com mobiliário e materiais de trabalho para a execução das atividades de pesquisa. Funcionários receberam formação, treinamento e foram contratados para a realização das tarefas de arquivística e de restauro. E, principalmente, documentos foram, cada vez mais, sendo transferidos e acumulados no local.

Atualmente, o acervo possui vários tipos de documentos, que datam dos séculos XVII, XVIII, XIX e XX. Ainda não é possível precisar o volume de material, mas considera-se que é um dos maiores arquivos de documentação histórica do Centro Oeste. Foram agregados na sede, documentos cartoriais (civil, crime e família) procedentes do antigo Cartório e Fórum (tribunal, cargos, eleitorais, justiça). Foram reunidos os documentos dos séculos XVII ao XX, da antiga Câmara Municipal de Vila Boa e de várias localidades: Códigos de Posturas, Atas de Vereança, Relatórios Presidenciais, Decretos, Ofícios, Obras públicas, Projetos de leis, Resoluções, etc. Todo o acervo da Prefeitura de Goiás (e região) como: comércio, balancetes, receita, despesas, tributos, décima urbana, etc. Afirma-se que lá está a história dos impostos do Estado de Goiás. Encontram-se, também, a documentação referente ao Hospital São Pedro de Alcântara, Enfermaria militar,



Mercado municipal, Matadouro, Asilo São Vicente de Paula, Lar São José e Palácio. A história da Instrução Pública, da Segurança Pública e das Faculdades. Documentos de igrejas: certidões de nascimento e óbito, batizado, casamento, testamentos e inventários. Diversos jornais, que demandam história política, social e cultural. Documentação referente aos escravos, à cadeia e às mulheres. Um realce é concedido à documentação acerca de antigos povoados e arraiais: Ferreiro, Ouro Fino e Bacalhau.

Uma ênfase é colocada na importância de acervos particulares, guardados na Fundação, e que pertenciam a figuras socialmente ilustres como o próprio Frei Simão, a artista plástica Goiandira do Couto e a professora Brasilete Caiado. Os Livros do Tomo e do Tombo organizados pelo Frei e seus famosos diários são como relíquias. Outra informação que se destaca é sobre a grande quantidade de pesquisadores vindos de diversas regiões do Brasil para realizarem trabalhos com a demanda documental da Fundação. São professores universitários, que escreveram teses reconhecidas, e estudantes de todos os níveis (graduação, especialização, mestrado, doutorado). Estudos que resultaram em livros sobre História, Arquitetura, obras literárias, etc.

Antes de estarem disponíveis e acessíveis aos pesquisadores, todos os documentos passam por processo de higienização, triagem e restauração. Afirma-se que, atualmente, estão aparecendo novas tipologias documentais, descobertas após os recentes processos de higienização. Tais como: agricultura, terrenos, iluminação, Bancos. E, principalmente, correspondências, convites e telegramas. Muitas caixas ainda estão fechadas e dentro daquelas que foram abertas nos últimos anos havia grande quantidade de documentos que ressaltam sobre o tema Patrimônio. O acervo documental da Fundação continua aumentando significativamente. O mesmo ocorre com a biblioteca, que contém obras sobre a história de Goiás.

A reclamação dos responsáveis pelo arquivo é que hoje a Fundação Educacional Frei Simão Dorvi resente da falta de recursos financeiros de instituições, do Município, do Estado ou da União. O Arquivo se mantém através de Projetos da FAPEG e com auxílio de ONG's internacionais. E, também, do dinheiro proveniente da taxa de pesquisa e de vendas de alguns



livros doados pelos pesquisadores. Outra preocupação manifesta é a de que os documentos podem perder seu aspecto original porque os processos de restauração estão lentos; por falta de espaço adequado, melhores equipamentos e recursos financeiros para tais procedimentos. Sendo o processo mais importante durante a conservação documental, a higienização, que constitui desde a limpeza dos documentos propriamente (higienização mecânica, com uso de equipamentos específicos); limpeza e cuidado com o ambiente. Estes são os principais problemas e dificuldades a serem superados em prol de melhor desenvolvimento da Fundação: em relação à qualidade física do material e, na sequência, do atendimento ao público.

A década de 1970 - época da criação da Fundação e do Arquivo – e as décadas subsequentes foram marcadas pela intensificação dos processos de patrimonialização em todo o mundo - que são expressões da atitude, política/cultural ocidental, de (re) valorização do passado em uma época de ruptura de temporalidade histórica. O passado das cidades foi (re) valorizado com a preservação dos vestígios materiais e imateriais mais significativos da sua história. No Brasil, os processos de Tombamentos se iniciaram na primeira metade do século XX e as patrimonializações se formalizaram a partir da década de 1980. O cotidiano urbano brasileiro também foi invadido por discursos e projetos que pregam a recuperação dos mais diversos vestígios do passado. A justificativa invariável é a necessidade de preservar a memória (ABREU, 1998).

Diante desse contexto, em que o Arquivo Frei Simão foi concebido, algumas testemunhas afirmam que a motivação de Frei Simão tinha origem nas idéias monásticas medievais em relação à conservação tradicionalista de toda espécie de antiguidades. Contudo, nesse cenário, os principais colaboradores para a construção e consolidação do arquivo mencionado foram indivíduos, entidades e organizações de participação ativa e determinante no processo oficial de patrimonialização da cidade de Goiás. Um arquivo instituído como forma de a história se materializar e se atestar pragmática; e que reivindica para si a posse de um acervo influente para a História de Goiás e História regional.



A tese que se apresenta é a de que a revalorização atual do passado da cidade gerou uma demanda pela memória do lugar. Os pressupostos teóricos que irão nortear tal suposição são oriundos das análises contemporâneas sobre a própria História, temporalidade e memória.

Atualmente, a (re) valorização do passado das cidades é uma característica comum às sociedades. Nas últimas décadas, o processo de globalização e a ideia de pós-modernidade originaram no imaginário ocidental uma busca de referenciais identitários por parte das comunidades nacionais e, principalmente, locais, de forma muito acentuada (HALL, 2006). É proveniente dessa necessidade, a valorização atual do passado e da memória das cidades. Nessa perspectiva, os investimentos nas ações de preservação se devem, em grande medida, à necessidade de se reagir localmente às transformações das estruturas da sociedade (economia, política) mundial (TAMASO, 2007). Essa dinâmica social indica que é nos momentos de ruptura da continuidade histórica que as atenções tendem a se direcionar mais para a memória (DUVIGNAUD, 1990).

Para Lepetit e Pumain (1993 apud Abreu, 1998) os períodos de transição são momentos de perda de concordância de tempos: os antigos tempos hegemônicos passam a co-existir e, obrigatoriamente, a interagir com novos tempos emergentes. As visões de mundo são, então, reorientadas em função das realidades do presente. As ressalvas em relação ao futuro geram o reconhecimento da sedimentação do passado. Para Le Goff (1996), a valorização atual do passado tem muito a ver com o fim da era de perspectiva positiva em relação ao futuro e à ideia de progresso geral, iniciadas pela filosofia do Iluminismo. O autor indica que nesse contexto aconteceu a transferência do foco de atenção da humanidade para o futuro, independente de uma escatologia. A partir daí, o olhar de reverência para o passado se tornou sinônimo de atitude tipicamente reacionária. No entanto, os acontecimentos de potencial destrutivo em escala planetária ocorridos no século XX minimizaram as perspectivas de certeza de progresso para o tempo futuro da humanidade. Assim, a situação se reverte em favor do passado.

Stuart Hall (2006) coloca que, diferentes épocas culturais têm diferentes formas de combinar as coordenadas básicas de espaço-tempo. Na atualidade, a aceleração temporal suprime



as peculiaridades das sociedades ou, no mínimo, muitos locais são afetados pelo processo global que estaria causando a desintegração das identidades que eram localizadas nos distintos espaço e tempo simbólicos. Nesse sentido, Maurício de Abreu (1998) aponta que a homogeneização do espaço global devido à chamada compressão espaço-tempo é estímulo para que cada lugar procure se diferenciar o mais que possível dos demais.

Reinhart Koselleck (2006), pesquisa sobre a relação entre passado e futuro na história moderna. Desde o período da modernidade, principalmente no decorrer dos séculos XVI e XVII, o tempo histórico adquire uma qualidade inédita que o caracteriza como um tempo específico e marca uma ruptura com a temporalidade anterior. A peculiar aceleração do tempo, que caracteriza a modernidade, propicia a temporalização da história. Naquele determinado tempo presente, a dimensão temporal do passado entra em relação de reciprocidade com a dimensão temporal do futuro; correlação que conduz a tipo de determinação temporal definida especificamente sob o ponto de vista do futuro.

O tempo histórico é uma construção cultural que, em cada época, determina um modo específico de relacionamento entre passado – o já conhecido e experimentado - e futuro – as possibilidades e expectativas (KOSELLECK, 2006). Durante dos séculos XIX e XX, as idéias sobre a relação entre história e tempo continuam sendo tematizadas, mas a essência do pressuposto colocado por Koselleck prevalece: a natureza do tempo histórico é orientada pela justaposição dos diferentes espaços e experiências e horizontes de expectativas (perspectivas de futuro).

Na época moderna, a maneira como a experiência do passado foi elaborada em uma situação concreta e a maneira como as expectativas apareceram, foram expressas à superfície da linguagem. A experiência temporal manifestasse na linguagem de maneira explícita ou implícita; através de testemunhos escritos, imagéticos, entre outros. Existe uma dimensão histórica e antropológica inerente a toda conceitualidade e a todo ato de linguagem. De acordo com Koselleck (2006), os aspectos lingüístico-pragmáticos são fundamentais no campo da semântica dos tempos históricos. E, as explicações metodológicas e os excertos de cunho teórico sobre a relação entre linguagem e realidade histórica são válidos para a pesquisa histórica.



Como visto, à segunda metade o século XX foi marcadamente atribuída uma condição histórica de perda de concordância e de sentido de temporalidade. Os processos que causaram a ruptura na relação do presente com o futuro foram os mencionados: globalização, compressão espaço-tempo, movimentos pós-modernos, perda de referenciais identitários. Em contrapartida, motivam reações – políticas/culturais – de revalorização do passado e da história como forma de reverter a situação de descontinuidade histórica. Ocorre o revival do local; do lugar diferenciado dos demais, que destaca sua historicidade particular e suas singularidades culturais. A rearticulação das identidades comunitárias e de grupos é observada. As atenções direcionadas para a memória incentivam as concepções dos *lugares de memória*, a prática das comemorações e a exaltação do patrimônio. São declarados os atos institucionais de valorização dos museus, arquivos, monumentos, etc. Enfim, a sociedade e a cultura promovem a recuperação do passado.

Essa movimentação social, cultural, política e ideológica interage de maneira orgânica com o campo da Teoria da História constituída como ciência e com o trabalho dos historiadores profissionais. Os elementos atestadores da materialidade da história são erigidos conforme as necessidades locais, que são ligadas à complexidade do contexto global da segunda metade do século XX. A história tem um papel muito importante para o “resgate” do passado de um lugar. Ao utilizar os vestígios dos tempos antigos, a história reavalia e contextualiza os referenciais de suporte da memória; sejam eles uma forma arquitetônica que subsiste na paisagem ou um documento que ainda está guardado nas instituições de memória. Porém, é preciso reconhecer que qualquer vestígio do passado não é neutro, é preciso conhecer o contexto que o produziu. Finalmente, a história de um lugar não pode se ater aos processos puramente locais que aí tiveram efeito. Ela precisa relacioná-los a processos mais gerais, que atuam em escalas mais amplas (regional, nacional, global) da ação humana, entretanto, essa análise não pode ser feita às expensas da compreensão das singularidades locais e da sua devida valorização (ABREU, 1998, p.88).

O Arquivo Histórico Frei Simão Dorvi, da cidade de Goiás - Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade - é um *Lugar de memória*, por excelência. Datado e localizado na antiga



capital da Província de Goiás, cidade colonial brasileira considerada representante de resquícios que remetem à história da nação. A constituição do arquivo histórico ocorreu de maneira a conservar a história local, pois, os “lugares de memória” possuem um papel central como lugares de (re) afirmação de discursos.

De acordo com Michel Foucault (2005), todo discurso pertence a uma dada ordem discursiva que deve ser analisada. Segue regras culturalmente e historicamente estabelecidas, obedece a modelos, está implicado em determinadas relações sociais e de poder. Tem uma relação de coexistência com outros discursos, partilha enunciados, conceitos, objetivos, estratégias, formando séries. Todo discurso é emitido de um lugar temporal, espacial, institucional; um lugar de fala ou de autoria; um lugar social. Todos os documentos são formas de discursos. Todo trabalho historiador é análise de discurso, embora existam distintas maneiras de praticá-la. Os discursos constituem o objeto histórico e fornecem versões, conceituações, inteligibilidade e verdades. Portanto, a questão da elaboração dos discursos está em pauta na constituição do arquivo. É fundamental observar a contextualização dos discursos dentro do próprio arquivo. Os registros guardados institucionalmente são as fontes de confecção do trabalho historiográfico e, muito provavelmente, sua conservação não é aleatória. É obrigatória a investigação das fontes discursivas que irão definir temas e conceder significado histórico às narrativas.

É importante, na discussão, identificar as posturas distintas em relação a esta atividade complexa de erigir um arquivo histórico. É preciso considerar a atuação dos diversos agentes (indivíduos, grupos, instituições) na sua construção e fundação: em que medida atendem a interesses sócio-econômicos, culturais e de posições políticas e ideológicas. Na perspectiva de análise processual do arquivo, é indispensável questionar os “caminhos” seguidos pelos documentos, as distintas subjetividades e temporalidades na sua produção e as dinâmicas de poder que se articulam em torno deles. Chamar a atenção para os significados que são associados aos arquivos; inquirir sobre as problemáticas implicadas e as condições de possibilidade de sua realização.



No século XX começou a era do reinado do arquivo; a emergência da memória arquivística, que se apóia inteiramente e precisamente sobre o vestígio material, o registro e a imagem. O escriturário se sobrepõe no próprio cerne do memorial privilegiando a perspectiva registradora e delegada ao arquivo. Chama-se de memória, de fato, o acúmulo de estoque material do qual a história é dotada. A institucionalização do memorável ocorre em contrapartida ao sentimento de perda da memória social relacionada à perda gradativa de referência da nação. O arquivo se institui também como resultado voluntário da memória perdida. O passado e a pesquisa obedecem ao rastro e dele dependem. A preponderância do arquivo coloca a memória confinada em museus, bibliotecas, centros de documentação, bancos de dados, etc. Produzir arquivo passa a ser o imperativo da época (RICCEUR, 2007, p. 412-419; NORA, 1993, p. 16-17).

Diante destas reflexões, é obrigatório indagar sobre a sobrevivência das *memórias dos lugares* e pode-se concluir:

Hoje, está em crise a consciência teleológica e universalista iluminista, que o historicismo sempre combateu. **Multiplica-se o interesse pelo passado em museus, bibliotecas, arquivos, patrimônio histórico, teses, cursos, publicações, mídia. Retoma, de certo modo, a tese da historicidade da razão**, da pluralidade dos projetos de vida, da diversidade das formas de saber, da multiplicidade dos modelos de ação, da definição cultural dos valores, a discussão da relação entre valores, ação política e ciência social. A “razão histórica”, por enquanto, nesta transição do milênio, venceu! (REIS, 2002, p. 26, grifo nosso)

O processo de produção dessa memória arquivística ocorreu sob as condições da conjuntura histórica da segunda metade do século XX correlacionada ao contexto histórico nacional/local (sócio-cultural, político-econômico). Os conceitos abarcados pelas reflexões expostas acima serão fundamentais no modo de compreender o objeto de estudo: seu surgimento, formação, constituição e desenvolvimento. Sua idealização, sua organização interna, sua lógica, sua estrutura, seu funcionamento. Suas relações externas de todos os tipos: os sujeitos, grupos, autoridades e instituições partícipes de sua elaboração e (re) elaboração no decorrer do tempo. A articulação do engajamento acadêmico, comunitário e social. A relação com a instituição do Patrimônio e, consecutivamente, com a memória da cidade. Houve uma necessidade



contemporânea que valorizou tais procedimentos no período tratado. A memória arquivística também é um tipo de memória, um tipo de patrimônio que envolve *saber e poder*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, M. A. **Sobre a memória das cidades**. Revista da Faculdade de Letras – Geografia. Rio de Janeiro, Porto: vol. XIV, I série. p. 77-97, 1998.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. Discursos e Pronunciamentos: a dimensão retórica da historiografia. In: PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. **O historiador e suas fontes** (orgs.). São Paulo: Contexto, 2009, p. 223-249.

Curriculum vitae de Fr. Simão Dorvi, 17/06/1970– Fundação Educacional da cidade de Goiás – Casa Frei Simão Dorvi, 2014.

DUVIGNAUD, J. Prefácio. In: HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, Revista dos Tribunais. 1990.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: 2005.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Ed. 11. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

KOSELLECK, R. **Futuro passado**. Rio de Janeiro: Contra Ponto, 2006.

LE GOFF, J. Documento e Monumento. In: _____. **História e Memória**. 4 ed. Campinas: Unicamp, 1996.

LEPETIT, B. & PUMAIN, D. (Orgs.). Temporalités urbaines. Paris: Anthropos, 1993. In: ABREU, M. A. **Sobre a memória das cidades**. Revista da Faculdade de Letras – Geografia. Rio de Janeiro, Porto: vol. XIV, I série. p. 77-97, 1998.

NORA, P. **Entre Memória e História: a problemática dos lugares**. In: Projeto História. São Paulo: PUC, 1993.

REIS, J. C. **O Historicismo: a Redescoberta da História**. Revista de História. Locus: v. 8, n. 1, p. 1-27, 2002.

RICCEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. São Paulo: UNICAMP, 2007.

_____. **Tempo e Narrativa**. São Paulo: Papyrus, 1994.

RUSEN, Journ. **Razão Histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.



TAMASO, I. **Em nome do patrimônio:** representações e apropriações da cultura da cidade de Goiás.2007. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade de Brasília.